

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.918 - RS  
(2019/0275991-3)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

**RECORRENTE : JONAS BORGES (PRESO)**

**ADVOGADOS : RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO -  
RS032676**

**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL**

**EMENTA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO  
DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP.  
PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO  
INIDÔNEA. RECURSO PROVIDO.**

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. O Juízo de primeiro grau, ao decretar a preventiva, apenas apontou genericamente a necessidade de se acautelar a ordem pública, sem indicar motivação suficiente para colocar o acusado cautelarmente privado de sua liberdade. Com efeito, inexiste, no flagrante, qualquer referência que aponte ser a traficância habitual ou a prática delitiva reincidente.

3. O fato de o insurgente haver sido preso portando simulacro de arma de fogo não demonstra, de per si, maior periculosidade do crime. Nem sequer houve menção à quantidade e à natureza das drogas apreendidas – as quais, inclusive, são ínfimas (2,7 g de cocaína e 0,07g de crack) –, cingindo-se a autoridade judiciária de primeiro grau a apontar indícios da traficância de drogas. Tampouco se cogitou a possibilidade de substituição da prisão preventiva por medida cautelar de natureza menos gravosa.

4. Recurso provido para, confirmada a liminar, tornar sem efeito a

decisão que impôs a prisão preventiva ao recorrente, ressalvada a possibilidade de nova decretação da custódia cautelar caso efetivamente demonstrada a superveniência de fatos novos que indiquem a sua necessidade, sem prejuízo de fixação de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, dar provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**